

# Política

—CRISE—

Fechado no gabinete, ele não fala mais de política. E há quem veja nisso riscos para a democracia.

# Sarney não quer conversa

O presidente José Sarney está "divorciado da política". Esta constatação foi feita ontem pelo deputado Expedito Machado (PMDB-CE), um dos principais articuladores do Centro Democrático que, assustado, vê nisso um perigo muito grande para a consolidação do processo democrático. "Se chegarmos até lá", comentou o deputado, para quem a Assembleia Nacional Constituinte passa por momentos difíceis e exige a participação do presidente, "o chefe do poder político".

Machado censurou o comportamento do presidente Sarney de "fechar-se" em seu gabinete, onde esteve ontem para uma breve audiência e tratou exclusivamente de assuntos administrativos do Ceará. "Isto não é normal", afirmou o deputado, confessando-se constrangido em falar de política com um presidente que já manifestou abertamente não falar mais sobre o tema até o final do mandato.

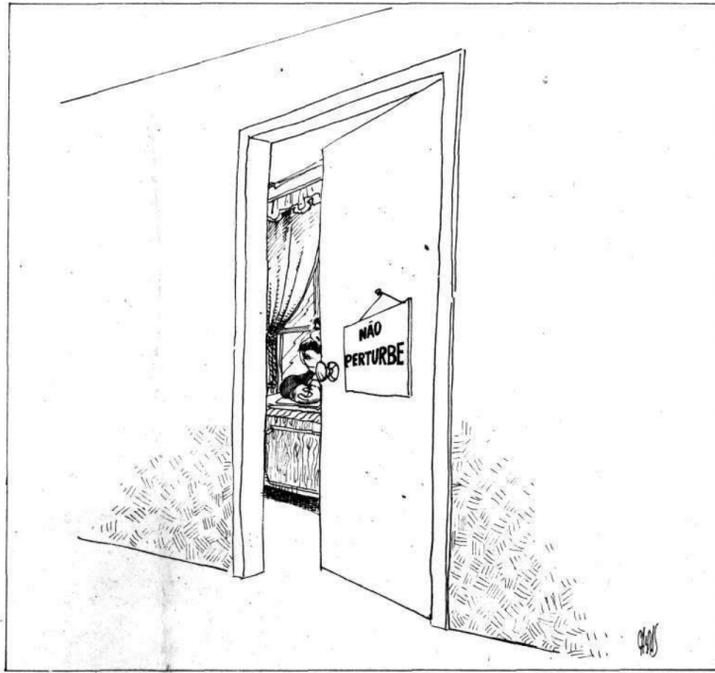
Para Expedito Machado, é impossível o presidente administrar desinteressado pela política e sem participar, da forma que vinha fazendo, de temas polêmicos da Assembleia Constituinte. Diante da pergunta se o presidente Sarney irá manter essa postura até o fim do mandato, Machado respondeu: "Eu quero assistir". E ironizou: "Já estou, desse jeito, pendendo para o mandato de quatro anos, pois esse filme eu já vi em preto e branco. A diferença é que agora eu começo a vê-lo colorido".

O desinteresse do presidente é demonstrado também no pequeno número de audiências concedidas aos políticos depois do dia 15, quando a Comissão de Sistematiza-

ção aprovou a redução do mandato de Sarney para quatro anos. Ontem, por exemplo, à exceção de Machado, apenas o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) teve acesso ao gabinete presidencial, de onde saiu pelo elevador privativo sem falar com os jornalistas.

Na semana passada, o governador do Ceará, Tasso Jereissati, atribuiu ao presidente a manifestação de que é favorável à realização de eleições gerais em 1988, e, mesmo gozando de toda a confiança de Sarney, foi desmentido em nota divulgada pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

Os funcionários do terceiro andar do Palácio do Planalto também notaram, nos últimos dias, uma forte mudança de comportamento do presidente da República. Nos dias anteriores à votação do mandato, assim como nos dois dias seguintes à decisão, Sarney estava tenso e irritado, fugindo ao seu habitual formalismo. Passadas a votação e a fase de comentários, o presidente passou a se comportar como se se tivesse livrado de um pesado fardo. Na opinião geral, agora ele está "descontraído, alegre, normal", mas recomendando ao Gabinete Civil, responsável pela sua agenda, que limite o número de pedidos de audiências políticas. O presidente decidiu, ainda, acabar com as solenidades de assinaturas de decretos que antes lotavam de políticos os salões do Palácio do Planalto. O presidente prefere, agora, assiná-los nas localidades que receberão os benefícios das medidas a serem implantadas ou, em caso contrário, em seu próprio gabinete.



O advogado Armando Conceição, que representa o Estado de Mato Grosso perante o Supremo Tribunal Federal, pediu ontem ao ministro da Justiça abertura de inquérito policial para apurar o envolvimento do procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, e do procurador Gilmar Ferreira Mendes, com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), na desestabilização do sistema fundiário nos Estados da Amazônia. O advogado diz que o objetivo da articulação entre o Cimi e a procuradoria é "impor ao Brasil uma soberania restrita, mediante uma sociedade pluritécnica e um Estado plurinacional, com a criação de nações indígenas dentro da própria nação brasileira, conforme proposta do Cimi na Constituinte".

### Austeridade ou mau humor?

Depois de ter seu mandato reduzido, Sarney não conseguiu esconder seu mau humor mesmo com colaboradores mais próximos. Ontem, o Planalto mandou ordem expressa a todos ministros e dirigentes de órgãos da presidência proibindo "almoços, jantares ou cartões de boas festas". Poderia ser um sinal de austeridade, já que a proibição ressalta que os encontros de confraternização não devem ser feitos "com recursos públicos". Acontece que todos os anos essa ordem é dada e ninguém leva a sério. E, neste ano, saiu atrasada — os ministros não só já fizeram a impressão dos cartões como já estão distribuindo.

### Mau humor mesmo

Esse, Bossard não esconde. Ontem saiu a autorização para o ministro da Justiça (foto) nomear seus fiéis para a direção da EBN. O presidente será, internamente, o secretário particular de Bossard, Adolfo Eric de Toledo, e para uma diretoria Paulo Sotero, secretário-geral adjunto do Ministério. Mas como a questão gerou indignação de Frola Neto (o ex-titular da EBN) com Bossard, e deste com Sarney, ontem o ministro mandou avisar aos jornalistas que não falaria sobre o assunto. E se alguém tivesse outras perguntas, que as enviasse por escrito.

### Sem fé

Outra nomeação: a de Aécio de Moura na Sudepe. O ex-coordenador do Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento Pesqueiro foi mais cauteloso que seu antecessor, Jeremias Oliveira, recém-demitido "por não cumprir prazos" nos programas de recuperação do órgão: prometeu que vai aumentar a produção pesqueira nacional, até 500 mil toneladas, "nos próximos cinco anos". Jeremias Oliveira foi indicado pelo grupo dos evangélicos da Constituinte. Gidel Dantes (PMDB-CE), um membro deste grupo, disse "acreditar" mais no novo responsável pela Sudepe. Detalhe: este órgão é vinculado ao ministério da Agricultura, cujo titular, Iris Rezende, compartilha a mesma fé com Aécio e os evangélicos.

### Socialdemocracia

Regis Debray, ex-guerrilheiro que pregava na década de 60 a criação de vários focos revolucionários para envolver a América Latina, é um dos convidados do governo do Rio para debater a social democracia dos países da Europa. O seminário, que começa hoje no auditório da Caixa Econômica Federal, vai contar, entre os conferencistas, com o ex-presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez (foto), um dos conselheiros do presidente francês François Mitterrand, o professor Jacques Attali, um deputado social democrata da Alemanha, Freiout Duvé. Devem comparecer os governadores Miguel Arraes e Waldir Pires, os senadores Mário Covas e Fernando Henrique.

### Outras passas

O almirante-de-esquadra Hugo Stoffel vai ser o novo chefe do Estado-Maior da Armada, o vice-almirante Mário Cesar Flores, um dos principais estrategistas da Marinha, vai ser promovido ao último posto da carreira e será o novo diretor-geral de Material. No Exército, o general-de-divisão Wilberto Luiz Lima vai ser o novo comandante militar do Leste (Rio), na Aeronáutica o major-brigadeiro Márcio Drummond passará a tenente-brigadeiro e vai assumir a chefia do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento, deixando o III Comando Aéreo do Rio.



São conhecidos os atritos entre a maioria dos 30 novos "cavaleiros" que a Boca Maldiva vai homenagear no próximo dia 13. Mas Anfriso Siqueira (foto), presidente da instituição, uma central de focos instalada no centro de Curitiba, não acredita que haverá divergências na festa. Ainda que entre os homenageados figurem o relator Bernardo Cabral, o líder da UDR, Ronaldo Caiado, e Luiz Fernando de Almeida, o capitão que comandou a invasão da Prefeitura de Apucarana.

# Alerta: não é hora de candidaturas.

Primeiro, as eleições devem ser confirmadas, aconselham os políticos.

O governador Orestes Quércia não tem pressa. Embora reconheça que Ulysses Guimarães é o "candidato natural" do PMDB, prefere esperar que o plenário da Constituinte confirme as eleições presidenciais para 1988 e, depois, falar em sucessão. O governador do Rio, Moreira Franco, é da mesma opinião — e recomenda cautela aos interessados na disputa. "Lançar candidaturas agora é uma atitude criminosa contra a soberania da Assembleia", disparou ontem o líder do PDS, deputado Amaral Neto. E fez uma advertência: "Estão vendendo a pele do urso quando o urso ainda está vivo".

Com exceção de Leonel Brizola, "que está em campanha há mais de 25 anos", segundo cálculos do deputado Gastone Righi (PTB-SP), nenhum dos outros candidatos revela abertamente sua disposição de concorrer à vaga do presidente Sarney. Mas nenhum deles nega: atrás de ponderações todos acabam confirmando. O ministro Aureliano Chaves, por exemplo, tem certeza de que conseguirá apoio necessário no PFL. Contraditório, porém, ele diz que a única dúvida é saber se as bases frentistas estão de acordo.

Na verdade, Aureliano confessa outras preocupações. Para se candidatar, ele não desconhece que teria de formar coligações eleitorais e, então, aparecer, segundo seus planos, como "único candidato de centro".



É aí exatamente que começam as dúvidas de Aureliano: se a candidatura do empresário Antônio Ermírio de Moraes ganhar força, o ministro reconhece que seu eleitorado estará irremediavelmente dividido. Para contornar a situação, o PFL pretende tomar providências, procurando apoio no PL. "Ainda está muito cedo para falar em sucessão", adiantou ontem o presidente do PL, deputado Álvaro Valle, que apenas sorriu ironicamente como resposta às pretensões dos frentistas. "Nosso partido não tem opinião formada, por enquanto."

### "Cansado de políticos"

Embora as articulações já tenham começado, todos os candidatos estão ainda na dependência da decisão do plenário da Constituinte sobre o sistema de governo. Se o parlamentarismo for derrubado, o deputa-



do Delfim Neto (PDS-SP) já está com tudo preparado para lançar a candidatura de Antônio Ermírio. "Ele tem dito que não é candidato e não é mesmo", afirma Delfim. "Mas ninguém é candidato a servir o Exército — é convocado. É disso que o Brasil precisa. O Brasil tem um certo cansaço dos políticos."

Delfim não se arrisca a dizer, contudo, que Ermírio seja o "gerente ideal", que o Brasil estaria necessitando — "mas satisfaz o retrato falado do que, imagino, deva ser um candidato à Presidência". Delfim reconhece que há muitas pessoas no País em condições de disputa, mas, segundo ele, não satisfazem o tal "retrato falado" — e acabou citando Paulo Maluf e Orestes Quércia.

Mas Maluf não teria o apoio do líder do PDS, Amaral Neto, se decidisse lançar sua candidatura. "Nem Maluf nem o ex-presi-

dente Figueiredo. São dois nomes que liquidaram o partido. Figueiredo entregou o poder ao adversário", argumentou Amaral Neto, que lembrou ontem, a propósito, a falta absoluta de condições do PDS de lançar candidato. O deputado Jorge Arbage (PDS-PA) confirma que o partido não tem fôlego para entrar na disputa. Se tivesse, ele acha que o PDS deveria oferecer legenda ao general Figueiredo. Amaral novamente discordou.

O PSB, que ostenta como estrela principal o prefeito do Rio, Saturnino Braga, também prepara seu concorrente. Fala-se no senador Mário Covas, mas a cúpula do partido acredita que, por enquanto, é apenas um sonho. Na falta de Covas, a campanha pode reverter-se apenas em apoio ao candidato de outro partido, que o PSB ainda não decidiu, mas garante de antemão que não será Brizola.

Na tentativa de frear um pouco o ânimo dos candidatos, o deputado José Lourenço, líder do PFL, ponderou ontem sobre a possibilidade de os quatro anos de mandato serem rejeitados em plenário. E acredita que isso seja até possível. "O PMDB vai terminar recuando por não se sentir em segurança para enfrentar as urnas", disse. "Afinal, não tem mais as facilidades do Plano Cruzado e não vai arriscar-se a sofrer uma tremenda derrota."

# Richa: sem acordo não há saída.

Como acordo, ele entende pacto político, base popular e aval militar.

É preciso um governo forte. Com pacto político, aval militar e apoio popular. Sem esse "tripé", e apenas passando por uma eleição presidencial, é muito difícil que se consiga reverter o grave quadro político econômico brasileiro.

A proposta, que não inclui nas negociações o presidente José Sarney, foi defendida ontem pelo senador José Richa, do PMDB do Paraná, no Palácio dos Bandeirantes, durante encontro com o governador Quércia, e mais tarde na Fiesp, com seu presidente Mário Amato.

Ela só é possível, segundo o senador, dentro do parlamentarismo, "que já está garantido" e que deve ser implantado em março de 1988. E o pacto político, ou "base político-parlamentar", não inclui apenas as lideranças partidárias, passando necessariamente pelos empresários e trabalhadores e mesmo por uma "reconciliação interna" do PMDB. "O PMDB é, prioritariamente, o partido responsável maior por encontrar uma saída. Não há pacto sem o PMDB, mas acho também que ele tem de ampliar o máximo que puder seus contatos para tentar viabilizar isso. E, em primeiro lugar, tem de se reconciliar consigo mesmo, não é possível ficar subdividido como se encontra."

Essa é a única saída, insistiu Richa junto aos industriais reunidos numa homenagem da Fiesp ao ex-prefeito Faria Lima. Ele afastou a tese de eleições gerais — "o Planalto está querendo se utilizar disso para estabelecer confusão no seio do povo, é uma maneira simplista de equacionar os problemas. Não é isso que está em jogo, porque o único setor que precisa de eleição é o do



Richa: só eleição não adianta.

presidente da República, os outros nem tanto neste momento".

### Sem confiança

Mesmo assim, Richa esclarece que a própria eleição para presidente da República, para legitimar alguém que governe com autoridade e austeridade, não basta para solucionar os problemas. Por isso a tese do pacto político: "Nós temos então de montar uma estratégia para ter um governo com autoridade e que administre com mais austeridade. Eu entendo que não há governo que se sustente sem um tripé, que consiste em uma base político-parlamentar, leia-se aí pacto político, aval militar e base popular. Hoje, está difícil se armar uma estratégia em cima deste tripé. Por isso, acho que o início é através do pacto político que permita se ter um governo forte, que possa

ir começando a reverter esse quadro, para depois ganhar a confiança popular, já que hoje ninguém tem a confiança popular".

A análise da atual situação do País feita pelo senador José Richa demonstra, segundo ele próprio, a impossibilidade de se tentar manter um entendimento com o atual governo federal: "Dentro da minha ótica, o quadro político é de caos, é impossível se costurar com esse governo qualquer tipo de entendimento político que possa dar sustentação a qualquer tipo de plano econômico-administrativo. O quadro econômico é o mais dramático, com a inflação em escalada, devendo atingir em dois meses 20%, se não houver uma correção urgente. É evidente que, com uma inflação desse tamanho, é impossível a qualquer pessoa, a qualquer entidade pública ou setor produtivo qualquer tipo de programação".

Para o constituinte Antônio Konder Reis (PDS-SC) o "que o povo deseja neste momento é eleições gerais, de vereador a presidente da República, o mais breve possível". Já o segundo vice-presidente da Assembleia Constituinte, Jorge Arbage, afirmou que "se for reduzido o mandato de Sarney a Constituinte está na obrigação moral de convocar eleições gerais também de governador, deputado e senador". Mais que isso, Arbage quer a proibição de reeleição dos atuais detentores de mandatos eletivos, "numa prova de grandeza e numa demonstração de desprendimento".

Os presidentes do PDS, senador Jarbas Passarinho, e do PSB, senador Jamil Hadad, não têm dúvidas de que o mandato será

Sarney é, para ele, um obstáculo para a elaboração de qualquer estratégia: "O primeiro obstáculo para a concretização desse pacto é o próprio governo que está absolutamente refratário a qualquer tipo de entendimento. A Nação inteira é testemunha que mais do que se tentou montar algum tipo de entendimento não é possível. Acho que houve uma porção de erros estratégicos cometidos pelo governo, fixação do mandato presidencial, anúncios espetaculosos de reformas administrativa e ministerial".

Mas o erro fatal foi Sarney tentar governar como apoio da Aliança Democrática: "Foi um erro doutrinar do governo imaginar que poderia governar com a Aliança Democrática que só teria condições de se formar para se fazer a transição, não para se fazer governo. Tanto que acabou implodindo antes da hora, isto é, antes de concluída a transição".

Outra preocupação de Richa é que o PMDB comece a discutir nomes dos eventuais candidatos à Presidência da República sem fazer antes uma avaliação do quadro político, econômico e social: "Sem compreender o quadro, não é possível elaborar nenhum programa mínimo de governo. Eu vejo o quadro político com muita preocupação. Estamos numa crise crônica desde o início da transição, que vem se agudizando cada vez com maior frequência e com profunda intensidade. Por isso, antes de pensar em nomes, precisamos montar uma estratégia. Porque só eleição, é uma falsa ilusão que vamos transmitir ao povo. E aí os riscos, hoje, de algum retrocesso, vão-se potencializar depois com a frustração da eleição".

revertido para os cinco anos. E Passarinho concordou com as declarações do chefe da Escola Superior de Guerra, almirante David Blower, de que o golpe tão falado no País já foi dado pela Constituinte ao reduzir o mandato do presidente para quatro anos. Para Passarinho, além de tirar um ano de Sarney, a Sistematização criou dificuldades para o governo, que já se vê às voltas com candidatos presidenciais tentando consolidar suas campanhas.

O Estado-Maior das Forças Armadas não pretende se manifestar sobre o teor da entrevista concedida domingo pelo almirante David Blower. Segundo o gabinete do EMFA, numa democracia todos têm o direito de falar. Por isso, não há nenhuma punição prevista para o almirante, que em entrevista ao Correio Braziliense disse que as decisões da Constituinte são o resultado "do esquerdismo que lá predominou".

## Eleições gerais: a arma contra o mandato de 4 anos.

Não como líder de governo, mas na qualidade de constituinte, o deputado Carlos Sant'Anna voltará a lutar pelos cinco anos de mandato para o presidente Sarney. Sua arma será as eleições gerais, uma tese que tem tudo para empolgar a população, mas desagrada profundamente a deputados e governadores, que não querem abrir mão de metade de seus mandatos. Com isso, Sant'Anna espera ganhar muitos aliados na sua defesa dos cinco anos.

Carlos Sant'Anna frisou que não envolverá a liderança do governo na sua luta, porque Sarney realmente está desinteressado e acatará o resultado da Constituinte, qualquer que seja ele. Mas destacou que Sarney deixou seus seguidores liberados para agir como quiserem.

O líder do governo está confiante em que a tendência majoritária do eleitorado